

Tânia Serra Azul Machado Bezerra

Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará; Pesquisadora do LABOR (Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Qualificação Profissional); Vinculada ao Programa de Pós-Graduação UFC pela Linha de Pesquisa: Economia Política, Sociabilidade e Educação; Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí- UFPI.

Resumo

Este escrito constitui debate sobre a educação a serviço de uma sociedade baseada em valores mercantis capitalistas e se propõe à análise das consequências dessa ação e de suas possibilidades de subversão. Nesse contexto, compreende que a formação humana tem abandonando seu caráter transformador/emancipador e se assumido como fonte de interesses puramente burgueses. A "sociedade do saber" cede espaço à "sociedade da informação". Esse modelo educacional instaura-se como mais uma ferramenta de opressão da classe trabalhadora, podendo ser considerado como uma forma de dominação simbólica, porquanto favorece a subsunção do trabalhador à ideologia dominante, fazendo com que este passe a crer que é o único responsável por seu "fracasso profissional". Os indivíduos submetem-se, com efeito, a uma formação aligeirada, acumulando mais e mais informações sem, no entanto, ter acesso a uma cultura ampla e geral que permita o favorecimento de reflexões críticas.

Palavras-chaves: Educação, Empregabilidade ou Emancipação Humana.

Abstract

This is written debate on education in the service of a society based on capitalist market values, is proposed to analyze the consequences of this action and the possibilities of subversion. In this context, understand that the human has abandoned his character processor / emancipating and is assumed as a source of purely bourgeois interests. The "knowledge society" gives way to the "information society". This educational model establishes itself as another tool of oppression of the working class can be considered as a form of symbolic domination, as it favors the subsumption of the worker to the dominant ideology, causing it to pass into believing that you are solely responsible for its "professional failure". Individuals undergoing, in effect, an education lightly, accumulating more and more information without, however, have access to a wide general culture that allows the encouragement of critical thinking.

Key-words: education, employment or Human Emancipation.

Pensar a educação enquanto ato político e politizador é compreender que sua ação deve estar aliada a um complexo movimento de esclarecimento e conscientização dos indivíduos, tanto no âmbito teórico quanto prático. Nesses termos, gradativamente em contato com a prática revolucionária e em consonância com uma educação voltada à criticidade e ao diálogo reflexivo, a classe trabalhadora pode vir a atingir progressivos níveis de emancipação.

A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente. Inacabado e consciente de seu inacabamento, histórico, necessariamente o ser humano se faria um ser ético, um ser de opção, de decisão. Um ser ligado a interesses e em relação aos quais tanto pode manter-se fiel a eticidade quanto pode transgredi-la. (FREIRE, 1996, p. 110).

É possível, porém, constatar que, ao longo do decurso dito civilizatório, aquele homem que se apoderou dos meios de produção e que, em consequência disso, se apropriou do trabalho alheio, ciente de seu ofício opressor, não admite uma formação consciente para a classe trabalhadora. Tal fato poderia pôr em risco sua estabilidade como grupo dominante. Por esse, entre outros motivos, a educação ao longo dos tempos, no Ocidente, sobretudo, apresentou-se como poderoso agravante das desigualdades sociais. Em contrapartida, foram incontáveis as revoltas dos grupos oprimidos que incansavelmente tentaram se libertar da opressão. Mesmo tendo pouco acesso a uma formação reflexiva, a precária existência os estimulava à luta. São exatamente esses momentos que Paulo Freire (1987) considera como *práxis libertadora*, na qual o indivíduo toma consciência de sua realidade baseado nas experiências diárias e, assim, deparando-se com a exploração, procura libertar-se. Essa busca configura um ato educativo e formador da consciência de classe.

*Nas relações mercantis, no entanto, o homem até nossos dias compõe sua história, perdendo valores humanos em troca de valores materiais, enaltecendo o "ter" em detrimento do "ser". Ao distanciar-se de seus aspectos de criticidade, o indivíduo perde a noção de seu papel histórico de transformação da realidade e se deixa coisificar, perdendo a oportunidade de redescobrir-se e, assim, recriar seu contexto social. Temos o que Paulo Freire considera de "distorção na história", em que a vocação humana do *ser mais* foi, ao longo do estabelecimento da sociabilidade dos*

homens, surrupiada pela violenta sede do opressor de acumular riquezas e poder.

É que, para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são 'coisas'. Para eles, há um só direito - o seu direito de viverem em paz, ante o direito de sobreviverem, que talvez nem sequer reconheçam, mas somente admitam aos oprimidos. E isto ainda, porque, afinal, é preciso que os oprimidos existam, para que eles existam e sejam generosos. (FREIRE, 1987, p. 45).

Freire, nesta citação, traça com eficácia o perfil da classe dominante capitalista, ao mostrar que ela está, indiscutivelmente, comprometida com a manutenção da realidade de desumanização vivenciada pela sociedade contemporânea. No curso de nossa observação histórica, fazendo breve "recapitulação" acerca de algumas formas de organização social vivenciadas pelo Ocidente, percebemos que, no decorrer dessas transformações, as formas de exploração foram se aperfeiçoando de acordo com o avanço tecnológico e a conseqüente expansão das forças produtivas. Assim sendo, é notório que o "ato desumanizador" foi viabilizado socialmente, no entanto, é imprescindível destacar que esse quadro depreciativo pode se reverter.

Em acordo com a lógica freireana, a referida reversão torna-se possível no momento em que o oprimido busca se afirmar como sujeito de decisão, questionando as injustiças impostas pelo opressor e, dessa forma, lutando radicalmente pela transformação concreta da sua realidade. Essa mudança deve basear-se na formulação histórica do "ato humanizador", mostrando a dialética e a incompletude das relações sociais. Uma vez consciente de que a situação opressora é circunstancial, o indivíduo pode lutar para transformá-la, podendo promover a emancipação humana.

Em contrapartida, é relevante explicar que a busca pela conscientização e pela afirmação do homem como pessoa só faz sentido quando os explorados não se sentem interiormente exploradores, ou seja, não estão "contaminados" com a ideologia do dominador. Isto coincide com a percepção de Marx (1927) acerca da transformação da *classe em si* em *classe para si*, no intuito de garantir a verdadeira revolução dos valores humanos, proporcionando a implementação de uma sociedade concretamente justa e humanizada. Tudo isso só é possível, porém, mediante a práxis, a utilização direta de meios para a transformação, no exercício cotidiano da *práxis revolucionária*.

O diálogo reflexivo é ferramenta poderosa a ser utilizada na efetivação do esclarecimento, ajudando no desvelamento do real. A "dialogicidade", aliada à educação, pode vir a constituir-se como uma forma de trazer, de convencer o desfavorecido a lutar por melhores condições de vida, deixando-o ciente de que a transformação é possível. Ao constatar que a desvalorização do homem não é uma "pré-destinação", essa hipótese seria a negação da "dialeiticidade", pois a história é formada dia após dia e depende das atitudes/ações humanas, podendo ser restabelecida a qualquer momento.

A educação brasileira toma outros rumos, no entanto, confrontando-se com a opção de uma categoria que poderia compor aliança com a reinvenção do homem. Os âmbitos educacionais formais apresentam-se, na fase atual do capitalismo, como um treinamento para o mercado de trabalho, trocando sua expressão de ampla formação por um caráter puramente informativo e tecnicista. A cultura é substituída pela "Era da Informação", limitando-se ao instrumentalismo do ensino.

Temos, nessa contextura, a educação como mais uma lucrativa mercadoria (expressão maior do capitalismo). Este é um fato evidenciado com o empresariamento do ensino, pois os empresários passam a perceber que podem vender cursos e mais cursos, fazendo crer que estes constituem um requisito básico para a garantia de emprego. Na verdade, atualmente, o desemprego é consequência da crise estrutural do capital, que, entre outros aspectos, ocasiona a descentralização do trabalhador no ato laborativo, fazendo com que muitas categorias profissionais desapareçam. Além do mais, o modelo industrial vigente exige uma empresa "enxuta", com o mínimo de custos, fato que inclui uma drástica redução na assimilação da força de trabalho.

No interior desse preceito, mesmo atingindo elevado índice de qualificação, grande parte dos indivíduos continua enfrentando a escassa empregabilidade (KOBBER, 2004). Instala-se o mal-estar social, e as necessárias mudanças devem atingir a estrutura do sistema capitalista, pois a classe trabalhadora caminha para o colapso globalizado (KURZ, 2004), sendo efetivamente excluída das inúmeras regalias da sociedade contemporânea, falaciada como sociedade do conhecimento.

Essa lógica do capital impõe o fetichismo das mercadorias, fortificando a sociedade de consumo e fazendo crer que os produtos têm vida própria, sendo o motivo maior da existência. Estimula-se o supérfluo, tornando as relações humanas completamente descartáveis. Isso porque, sob uma política neoliberal, elegeu-se o mercado como o regulador da sociedade.

O opressor elabora a teoria de sua ação necessariamente sem o povo, pois é contra ele.(...) O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro dele com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e se re-faz. (FREIRE, 1987, p. 183).

Os diversos cursos direcionados à qualificação profissional, por exemplo, bastante propagandeados pelo mundo do trabalho contemporâneo, vinculam-se a um "ideal de formação para o trabalho", restringindo-se ao condicionamento às novas demandas do mercado de forma estranhada. Cabe aos indivíduos cientes da necessidade de mudança a organização, a fim de encontrarem saídas para a atual situação de crise estrutural vivenciada pelo mundo capitalista. É na observação desse contexto que compreendemos a necessidade real de conversão dessa lógica.

A completa submissão das intenções sociais e humanizadoras às políticas do capital representa um esforço ideológico de convencimento e desmobilização de lutas reais engendradas pelas contradições da sociedade atual. Essa submissão à lógica reprodutiva do capital é a resultante de projetos políticos da propaganda e da ação social dos grupos aos quais interessam essas posturas, estabelecendo uma perspectiva hegemônica tornada senso comum, que inclui as idéias da inevitabilidade e irreversibilidade da globalização capitalista. (ARRAIS NETO, 2006, p. 28).

A sociedade vivencia um momento de profunda crise estrutural no modo de regulação produtiva, econômica, política e social capitalista, em cujos grandes centros urbanos se destacam o desemprego em massa e terceirização de serviços, baseada em subcontratação, refletindo, entre outros aspectos, no aumento assustador, como no caso do Brasil, da violência e da criminalidade. No campo, a situação não é diferente: é notório o grande contingente de pessoas desamparadas e excluídas do avanço das forças produtivas, sobrevivendo de políticas assistencialistas que favorecem a manutenção do clientelismo eleitoral. Paradoxalmente, todavia, emergem do campesinato movimentos organizados que se propõem confrontar a lógica brutal de concentração de renda.

O momento pede profundas mudanças, tanto no âmbito das idéias quanto na forma de conduzir os valores sociais e, principalmente, na for-

ma de produzir a vida material dos indivíduos. Os aspectos educacionais devem ser revistos, proporcionando transformações, *no intuito de formar indivíduos conscientes e capazes de lutar por condições mais justas de existência*. É mister ressaltar, no entanto, que a educação, desvinculada de mudanças estruturais em âmbitos político-econômicos e produtivos, não pode produzir resultados de grande alcance social porque, de acordo com Marx (1998),

A produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como emanação direta de seu comportamento material. (p. 18).

Dessa forma, as mudanças na esfera educacional devem estar aliadas a transformações na maneira de organizar a vida material dos indivíduos. Percebe-se que a formação profissional no Brasil e em grande parte do Mundo mantém vínculo direto com as relações econômicas determinantes da atual fase de reprodução do capital. As transformações ocorridas nas últimas décadas, com o esgotamento do modelo fordista de produção e regulação social, posicionam a educação como um "elevador" para a ascensão social. Como acentua Kober,

Poucas ideias têm hoje a força consensual daquela que vincula educação, emprego e desenvolvimento. A saber, o investimento em educação geraria retornos, em termos de produtividade para as empresas, de conseqüente desenvolvimento econômico e bem-estar social para o país e de aumento de renda e possibilidade de inserção social para o indivíduo. (2004, p.7).

Os fatores básicos de desequilíbrio social – a exploração capitalista do trabalho e o decorrente desemprego estrutural¹ –, se difundem, corroendo a classe trabalhadora, e passam a depositar na educação a responsabilidade de solução para a empregabilidade. É exigido, assim, o aumento da qualificação para a adaptação ao uso de novas técnicas produtivas, permeando a educação básica do profissional. Isso tudo ambiciona atender a um perfil de flexibilização e originar um "novo trabalhador", que deve ser apto a lidar com as novas demandas tecnológicas, porquan-

to a rigidez e a produção em massa do período fordista foram substituídas por uma forma flexível de produção, baseada em técnicas como a do just in time, que visa, segundo Taiichi Ohno (1997), a obter o que é necessário, no momento preciso, na quantidade exata, tendo-se em vista o aumento da produtividade, a diminuição dos custos e a expansão dos lucros. Em consequência desses reajustes, incorporam-se também o aumento de responsabilidade do operário, os acréscimos na jornada de trabalho e a pressão psicológica relacionada à qualificação, configurando uma forma de apropriação de sua subjetividade.

Essas mudanças no mundo do trabalho ocasionam, em contrapartida, o desemprego estrutural, manifesto como um dos meios para redução de custos. Dessa forma, mesmo "qualificado", o trabalhador não tem garantia alguma de empregabilidade, pois, haja vista o reordenamento produtivo, a classe trabalhadora perde, gradativamente, a centralidade nas atividades laborais, estando esta qualificada ou não. Mantém-se, por conseguinte, apenas uma reduzida cúpula de funcionários altamente qualificados que se responsabilizam pela gestão e o funcionamento produtivo, enquanto a outra parte dos trabalhadores exerce a função de "apêndices" das máquinas.

142

Nessa vertente, além de um processo produtivo flexível, temos um mercado fragmentado que assume o discurso de incorporação de conhecimento ao trabalhador, trazendo questionáveis consequências para a qualificação profissional; então, o indivíduo passa a ser responsável por sua formação, diretamente vinculada à empregabilidade. O elemento central é o fato de que a educação é realmente credora da inclusão no mercado de trabalho, mas não pode estar vinculada à criação de empregos. Na reflexão de Kober "o aumento das taxas de escolaridade não vai levar à criação de empregos, o que depende de um modelo político-econômico voltado para isto, e, mais ainda, a uma sociedade mais justa". (2004, p.9).

Destacamos o fato de que, para atender a esse modo de produção automatizado e a uma nova maneira de organização do trabalho, surge um trabalhador não necessariamente voltado às funções repetitivas e mecânicas. O novo profissional, com a "mundialização do capital", deve qualificar-se para redimensionar seus conhecimentos, buscando o trabalho em equipe, a capacidade de resolver problemas, de assumir várias funções (versatilidade), enfim, todas as habilidades necessárias às novas tecnologias.

O indivíduo, como vemos, capacita-se para melhor trocar sua força de trabalho por meios de sobrevivência, pois a capacidade de traba-

lhar é o que possui para ser vendido, sendo necessário que ele torne essa "mercadoria" cada vez mais atraente, em um mercado amplamente competitivo. Contribui Marx (2004): "O trabalho não produz apenas mercadorias; produz também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria". (p. 159).

Nesse contexto de reordenação da vida objetiva e subjetiva dos indivíduos, ao desempregar-se, o trabalhador carrega o estigma de não ter feito o suficiente para ser alguém "empregável". Volta-se à associação, segundo Kober (2004), entre falta de qualificação e desemprego. O fato é que este vínculo se apresenta como contraditória articulação capitalista, procurando omitir relações econômicas, sociais e políticas que visam à reprodução do capital. Na realidade, somente mudanças nessas relações podem determinar o modo de inserção social ou a exclusão dos indivíduos. Isso porque, mesmo se atingindo elevado e universal nível de qualificação profissional, a educação e a capacitação não poderiam garantir emprego e estabilidade social para todos, pelo fato mesmo de qualificação não ensejar emprego, com ou sem desemprego estrutural. É imprescindível que o aparato educacional seja garantido, no entanto, sabemos que melhorias sociais se vinculam a mudanças na forma de acumulação capitalista e em seu avassalador modelo de exclusão social.

No espectro, a educação moldada aos interesses capitalistas omite-se na abertura de espaços críticos, reproduzindo conceitos estipulados pela classe dominante. No lugar de propor uma formação voltada ao enriquecimento das habilidades subjetivas dos indivíduos, trabalha no sentido de objetivar seus conhecimentos. Exatamente por essa abordagem educacional estar voltada aos interesses do mercado, contribui com a gradativa transformação da subjetividade do trabalhador em mercadoria, encaminhando suas características profissionais de forma meramente objetiva.

A formação humana vai abandonando, assim, seu caráter transformador/emancipador e assume-se como fonte de interesses puramente burgueses. Perde-se a lógica cultural, assume-se um referencial completamente mercantil e a própria cultura torna-se um produto a ser comercializado. A "sociedade do saber" cede espaço à "sociedade da informação". Esse modelo educacional instaura-se como mais uma ferramenta de opressão da classe trabalhadora, podendo ser considerado como uma forma de dominação simbólica, porquanto favorece a subsunção do trabalhador à ideologia dominante, fazendo com que este passe a crer que é o único responsável por seu "fracasso profissional". Contribui Arrais Neto:

O discurso empresarial vem privilegiando as qualidades subjetivas do trabalhador e defendendo a importância das relações interpessoais no ambiente de trabalho como forma de levar a produção e garantir a satisfação dos funcionários. Na realidade, as mudanças nas formas de gerenciamento de recursos humanos surgem da necessidade de adotar estratégias cada vez mais voltadas para os interesses das empresas e cada menos voltadas para os interesses dos trabalhadores, embora no discurso ambas as partes pareçam beneficiadas. (20004, p. 16).

Instala-se o mito dos "vencedores x fracassados", perante o qual o desemprego é justificado pela "falta de estudo", sendo cada indivíduo responsabilizado por seu "índice de empregabilidade". Denúncia Kober:

A ligação linear entre qualificação e emprego é apontada como solução para males individuais e sociais. Quanto mais escolarizado e mais qualificado, mais 'empregável' seria o indivíduo. Num contexto de intensa competição e individualismo, caberia a cada um, e só a ele, a tarefa de qualificar-se para poder participar de alguma forma do mercado de trabalho e, por meio desta inserção, fazer parte da sociedade e não dos 'excluídos'. Uma tarefa árdua. (2004, p. 04).

Qualificar-se, nessas condições, torna-se uma tarefa bastante complicada em um Estado com políticas públicas reduzidas, sem contar com a quase escassez de investimentos sociais. É exatamente nesse aspecto que a educação se torna um bem rentável: os indivíduos que quiserem se tornar "empregáveis" deverão investir altos custos em cursos de aperfeiçoamento profissional, ao que podemos alcunhar de "empresariamento do ensino", uma excelente articulação capitalista para a expansão dos lucros. Com efeito, os detentores do poder tendem a minimizar os propósitos coletivos de suas ações e privilegiar os interesses economicamente individuais. Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, enfatiza claramente tal situação:

Nesta ânsia irrefreada de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra. Daí a sua concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal. (1987, p.46).

A qualificação profissional aufere, portanto, centralidade aos discursos empresariais, como também é estimulada pela mídia. As pessoas são motivadas a "consumir" cursos que lhes rendam títulos, tornando-as, possivelmente, "empregáveis". Os indivíduos submetem-se, com efeito, a uma formação aligeirada, acumulando mais e mais informações sem, no entanto, ter acesso a uma cultura ampla e geral que permita o favorecimento de reflexões críticas.

Pelo contrário, tornam-se *trabalhadores em potencial*, mais aptos a conviver sem questionamentos ou contestações, pois não recebem uma educação voltada à formação política e à emancipação humana. Temos, então, a necessidade de vislumbrar opções via, por exemplo, do que Gramsci (1997) considera "o resgate cultural das massas", que pode também ocorrer por meio de seus intelectuais orgânicos, que organizam a cultura e contribuem para a formação de novas concepções de mundo, em cada classe social, com suporte nas peculiaridades do grupo que representam.

Referências Bibliográficas

145

ARRAIS NETO, Enéas. *Mundo do Trabalho: debates contemporâneos*. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

ARRAIS NETO, Enéas (Org.). *Educação e Modernização Conservadora*. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ª Edição. Editora Civilização brasileira. 1997.

KOBER, Claudia Mattos. *Qualificação Profissional – Uma Tarefa de Sísifo*. Campinas SP: Autores Associados, 2004 (Coleção Educação Contemporânea).

KURZ, Robert. *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF - PAZULIN, 2004.

MARX, Karl. *Miséria de La Filosofia*. Ed. Actualidade, 1927, Buenos Ares.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Karl Marx e Friedrich Engels; [introdução de Jacob Gorender]; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. - São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri, São Paulo: Boitempo: 2004.

MÉSZÁROS, István. *A Educação Para Além do Capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

OHNO, Taiichi. *O Sistema Toyota de Produção – Além da Produção em Larga Escala*. Tradução Cristina Schumacher. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.